

SINDÁGUA

REGISTRO

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pur. e Distrib. de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 08 de setembro de 2003 - nº 190



Homenagem ao sindicato em Curvelo

Os companheiros da cidade de Curvelo fizeram uma homenagem ao Sindicato e à unidade da categoria pelo vitorioso movimento durante as negociações do recente acordo coletivo. Os trabalhadores entregaram ao diretor do SINDÁGUA, Helvécio Becatini uma placa comemorativa, em que ressaltam o empenho na defesa dos direitos da categoria. Na placa, os companheiros afirmam ao diretor: "São nos momentos de luta que descobrimos os nossos verdadeiros amigos e você provou mais uma vez que sempre poderemos contar com o seu apoio e sua amizade. Saiba que você também sempre poderá contar com o apoio, a amizade e o nosso reconhecimento. Companheiros" de Curvelo"



ADC só acima de 100 km?

A direção do sindicato tenta reverter junto à direção da empresa a mudança repentinamente comunicada aos trabalhadores sobre a não emissão de ADCs para viagens que excedam 100 km, sem que os critérios sejam discutidos de maneira mais ampla e escutadas algumas alegações de companheiros que realizam atividades até diárias, percorrendo longas distâncias. Esperamos o esclarecimento da empresa e a possibilidade de preservar o direito sem prejuízo dos trabalhadores que são obrigados a longos deslocamentos.

Sindágua participa da V Sipat da Região Norte

Entre os dias 27 e 29 de agosto, foi realizada em Janaúba a V Semana Interna de Acidentes no Trabalho da Região Norte de Minas Gerais, reunindo cerca de 250 trabalhadores das empresas COPASA, EPAMIG e EMBRAPA.

O Sindágua participou do evento com os diretores José Barbosa (DTJB), Adair José e o companheiro do Depto. dos Aposentados (DEAPES) Pier Giorgio Senesi, convidado para palestrar sobre "Segurança e Acidente do Trabalho". A iniciativa objetiva despertar o interesse dos participantes sobre a segurança no ambiente de trabalho e formas de evitar acidentes, além de esclarecer sobre as leis de segurança do trabalho (NR - Normas Regulamentadoras e NRR - Normas Regulamentadoras Rurais).

Copasa retém mensalidades dos associados do sindicato

Pela primeira vez na história do SINDÁGUA, a entidade sofreu com medida da direção da empresa em não repassar no final do mês de agosto o valor das contribuições dos associados com as mensalidades.

Mesmo que a empresa possa utilizar prazos legais de poucos dias após os descontos antes de fazer o repasse, não se justifica honrar todos os compromissos de pagamentos e agir com o facção estritamente na arrecadação do Sindicato. Não há explicação mais aceitável de que o ato signifique apenas perseguição à organização dos trabalhadores, em retaliação a tomarem públicos problemas que não são nossos, mas exclusivamente da direção da empresa.

A direção do Sindicato agiu com toda serenidade na tentativa de sanar a atitude grosseira da empresa, mas se previne contra uma retenção maior das mensalidades dos associados, com processo judicial e mandato de segurança contra a apropriação indébita por parte da empresa.

Infelizmente, esta é mais uma prova de autoritarismo e tentativa de demonstração de achacar a liberdade de expressão do sindicato. A legitimidade que a categoria nos deu para representá-la confere todos os poderes para que o direito de organização dos trabalhadores seja respeitado, devendo a entidade formalizar ajuizar ação na Justiça do Trabalho contra esta medida do patrão, que apresenta não apenas o caráter vingativo, mas também de desrespeito e exacerbação de poder.



000 0
00000 0000000
00000000
000 00000...

Um CD com a história da greve

Um bom número de companheiros prestigiou ao show dos artistas Maurício (XXXX), Doris e Samba Puro e Wayner (DVCG), durante lançamento do CD com as imagens da mobilização e paralisação da categoria durante as negociações do acordo coletivo. O CD é um documento histórico com centenas de imagens dos companheiros e pode ainda ser adquirido no SINDÁGUA, ao preço de R\$ 10,00. A arrecadação com a venda será aplicada no "Fundo de Greve", para saldar despesas do movimento e preparar instrumentos de novas lutas da categoria.



Imagens da Copasa e do Governo ficam manchadas com denúncias na ALMG e na imprensa

Páginas 2 e 3

A cobra carrega o próprio veneno

Na assinatura do acordo coletivo deste ano, com a presença de todas as lideranças sindicais e do deputado estadual Fábio Avelar, convidado pela Copasa para a solenidade, o presidente da empresa fez um apelo importante e que ia de encontro ao desejo dos trabalhadores. Lembrou que ele acordo coletivo seria o melhor que poderia ser feito e lamentou que tivesse acontecido com todos os atritos conhecidos por nós no período de paralisação. O presidente em confissão que as dificuldades teriam surgido de erros cometidos por todas as partes e que o tormento da paralisação teria servido de experiência para que pudéssemos caminhar melhor no sentido da parceria e da disposição de ninguém em guardar máguas. Asseverou que este aprendizado seria importante para que as próximas negociações transcorressem de maneira mais positiva, em benefício de todos.

Nada mudou, no entanto, no comportamento da empresa para viabilizar o apelo pela parceria e todas as tramas foram passadas nas portas de assuntos vitais para a categoria, como o impedimento de participação dos sindicatos na formulação do novo Regulamento do PCCS e na discussão e acompanhamento das metas e critérios de aferição para pagamento da GDI. O rompimento da trégua solicitada começou com o desconto brutal de sete dias de paralisação nos salários de junho, levando centenas de trabalhadores ao desespero. Mais dois dias de descontos foram sacramentados agora em agosto, caracterizando a penalização dos trabalhadores com o corte do descanso remunerado de um sábado e domingo dentro do período de paralisação.

As denúncias surgidas na Assembléia Legislativa, que não foram de autoria do Sindicato, mas de deputados que apresentaram documentos os quais não tinham acesso, deixaram o clima ainda mais tenso. Por trás das ações estão fatores que necessariamente não passam pelo Sindicato:

- o parecer interno contrariando interesses de diretores em receberem o auxílio moradia não foi feito pelo jurídico do Sindicato, mas pelo responsável pelo setor na Copasa;
- investigação interna da eventual irregularidade não se deu em assembléia do sindicato, mas através do Conselho de Administração da Copasa;
- a necessidade de parecer de instância especializada para contestar o diagnóstico interno não surgiu no Sindicato, mas pela direção da empresa que encomendou aval de procurador geral do Estado;
- todo o constrangimento na hierarquia interna não foi causado por ações do sindicato, mas por acesso direto aos atos administrativos superiores;
- a exoneração do superintendente jurídico, que contestava a legalidade do pagamento do direito não depende de uma caneta de representação

sindical, mas da vontade e deliberação patronal;

· o Sindicato só conheceu os documentos comprobatórios do pagamento nas mãos de deputados, na Assembléia Legislativa;

Está claro que, se existe um veneno comendo alguém, ele não foi destilado no sindicato, mas dentro da própria empresa, de reação em cadeia dentro da estrutura e hierarquia funcional da Copasa. Ao contrário de alguém possa insinuar, os sindicatos, foram extremamente responsáveis e cautelosos em tratar de um assunto que jornalistas vasculhavam desde que estávamos em nosso movimento grevista.

Na quinta-feira, 6 de setembro, diretores do Sindicato foram recebidos em reunião solicitada pelo presidente da COPASA. Instados a falar tocamos exclusivamente nas demandas dos trabalhadores, cobrando medidas transparentes na formulação do novo PCCS, do estabelecimento da GDI, da reiterada tentativa de negociar o não-desconto dos dias parados. O presidente da empresa voltou a falar com o sindicato em tom atemorizador. Perguntou se o sindicato pretendia participar do processo de administração da empresa ou se preferia se auto-destruir. Voltou a cobrar o mesmo posicionamento de parceria a que se referiu durante a assinatura do acordo em maio e terminou sua explanação com um convite à “cumplicidade” no processo de gerenciamento da empresa segundo seu estilo e receituário administrativo.

A direção do SINDÁGUA deixa claro que nossa representação se prende exclusivamente aos interesses da categoria, em preservar os direitos e condições adequadas de trabalho e defesa intransigente da COPASA como um patrimônio público vital para a prestação de serviços ligados à saúde do povo mineiro. Não trabalhamos nenhum mecanismo de publicidade contra ou a favor de dirigentes da empresa. Não será encontrado com o governador Aécio Neves nenhuma indicação ou veto de nomes para dirigir a empresa. O governador poderá atestar a integridade das nossas ações exclusivamente na preservação da moralidade administrativa e na defesa de políticas sociais para o setor de saneamento. Quem possa estar insinuando que o sindicato estaria agindo para destruir, para fazer rolar cabeças ou apadrinhar quem quer que seja, não acompanhou a fenomenal mobilização da categoria recentemente e a dignidade com que cumprimos nosso trabalho e nossa representação. Não nos acovardamos e vencemos uma luta para preservar nosso salários, que estavam ameaçados com um ZERO de reajuste. Quaisquer nomes que dirijam a Copasa terão de nós a mesma responsabilidade, respeito e fiscalização, em nome dos trabalhadores e do que a empresa representa para todos os mineiros.

Consultorias ameaçam cargos de carreiras

A exoneração do superintendente jurídico da Copasa, o advogado Pedro Eustáquio Scapolatempore, e a contratação de um consultor em “recrutamento amplo” para comandar o setor ultrapassou as barreiras da Copasa em sua repercussão negativa e severa preocupação. A atitude administrativa considerada irregular e temerária foi denunciada em discurso na Assembléia Legislativa pelo deputado Fábio Avelar (PTB), ex-diretor da Copasa e que faz parte dos parlamentares da base de sustentação do governo Aécio Neves.

Em seu discurso, Fábio Avelar, reconhece o pleno direito da direção máxima da Copasa em definir os nomes para os “cargos de confiança” em sua

administração, mas alerta que a medida fere os preceitos do PCCS da empresa, que exige “aproveitamento efetivo do pessoal da própria casa”. O deputado argumenta que, o “acontecimento inusitado e contrário a tudo até então visto na COPASA, representa ainda flagrante desprestígio aos demais advogados da área, empregados de carreira, competentes, comprometidos com a empresa e detentores de larga folha de bons serviços prestados à instituição”. A maior preocupação – diz Fábio – é se “esta situação poderá ser também estendida às demais áreas da empresa”.

O deputado qualifica como extremamente preocupante diante do estágio atual que se encontram as

discussões do saneamento básico, “abrir mão de profissional da mais alta competência, profundo conhecedor da empresa, da multiplicidade das suas relações com autoridades federais, estaduais e municipais, além dos intrincados aspectos de relacionamentos com fornecedores e milhões de clientes em todo o Estado”. Lembra o vencimento de dezenas de importantes concessões de municípios, econômica, financeira e estrategicamente para a COPASA, sem os quais fica inviabilizado o atendimento a centenas de outras comunidades.” Alerta que “não dirige crítica destrutiva a um dos mais importantes auxiliares do governador Aécio Neves, mas como um manifesto de apreensão.”

JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente: José Maria dos Santos - Diretor de Comunicação: Juarez Eduardo de Souza - Edição: José Geraldo Ribeiro
- MG 02717 JP - Redação: Janaina da Mata - Diagramação e Arte Final: Luiz Carlos Nicolau - Tiragem: 9.000 exemplares - Impressão: Fumarc

SINDÁGUA MG - Rua Congonhas, 518 - Sto. Antônio - BH-MG - CEP 30330-100 - Telefone (031) 3297-7227 - Fax: (031) 3297-7224

Home page: www.sindagua.com.br - e-mail: sindagua@uol.com.br

Justiça extingue processo contra o desconto dos dias parados

Em decisão tomada pela juíza FULANA DE TAL, da 34ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, foi o processo contra o desconto dos dias parados foi "extinto com julgamento do mérito".

Segundo o advogado do Sindicato, Domingos _____, a decisão foi surpreendente, pois não teria ainda sido concluído o trabalho de perícia sobre as formas irregulares de descontos por parte da empresa. O advogado diz ainda que o Sindicato deverá ingressar com novo processo e que não há dúvida de que uma maior apuração judicial resguarde uma sentença mais justa e repare a injustiça contra os trabalhadores punidos irregularmente descontos variados. Sabe-se que foram penalizados trabalhadores até com licença médica. Continua, no entanto, tramitando na justiça processo movido pelo Sindicato dos Administradores (Saemg), reclamando das mesmas irregularidades. A direção do Sindicato orientou o departamento jurídico para se empenhar em novo processo, esgotando todas as instâncias de apelação para resguardar a integridade dos direitos e salários da categoria.

A implantação da GDI é puro mistério

A poucos dias de outubro a empresa continua com as portas fechadas para uma discussão aberta sobre os critérios para definir metas e estabelecer como se dará a aferição das unidades para pagamento da Gratificação de Desempenho Institucional (GDI). Todos os dados levantados pelo Sindicato, através do companheiro José Geraldo Nascimento - coordenador da comissão sindical que estuda a GDI - apontam para severas dificuldades para que os trabalhadores atinjam as metas estabelecidas. Nos primeiros levantamentos foram identificadas metas extremamente difíceis de serem contempladas em período de tempo extremamente curtos. Uma das principais distorções são metas estabelecidas para regiões metropolitanas como a Grande-BH, com um contingente populacional extraordinário e que representaria gigantes-

co esforço dos trabalhadores sem que exista as condições adequadas de trabalho para isto. Faltam, principalmente, instrumentos e estrutura à empresa para cumprimentos destes projetos. Para chegar ao cumprimento destas metas, a Copasa teria que fazer antes investimentos fabulosos.

Com a chegada de outubro, os trabalhadores ficarão ansiosos para verem qual será o percentual de gratificação a ser aplicada nos salários, definido em "até" 5% pelas acordo. Infelizmente, as discussões da GDI não estão sendo feitas de forma transparente, sem a participação da representação dos vários sindicatos que representam categorias profissionais dentro da empresa, coibindo até mesmo que possamos apresentar sugestões que pudessem acelerar o processo de desenvolvimento do projeto de modernização da empresa.

Empossados novos membros da CIPA



Novos membros da CIPA 5 eleitos e também os indicados pela empresa

Foram empossados ainda em agosto os novos membros da CIPA 5 eleitos e também os indicados pela empresa. Na presidência, indicado pela empresa, foi empossado Ivan Angelo Campos (DVAR), sucedendo à companheira Maria Luiza _____ (xxxx). O presidente do SINDÁGUA, José Maria Santos, destacou a importância dos trabalhos desenvolvidos pela CIPA dentro da empresa, como

um instrumento de lutar por condições seguras e saudáveis, mas também por uma busca constante de humanizar nosso ambiente de trabalho. Garantiu total apoio do Sindicato ao trabalho dos cipistas e faz um apelo para que todos os trabalhadores cobrem as ações necessárias para reparar condições de risco de acidentes e à saúde, que ainda podem ser percebidas dentro da empresa.



Empresa usa paliativos para ajustar erros no PCCS

A direção da Copasa continua dificultando a ação dos sindicatos que representam os trabalhadores e insiste na implementação de seus projetos administrativos de cima para baixa, impedindo que sugestões produtivas de toda "casa" possam ser avaliadas. A própria "carta de intenção" assinada no Acordo Coletivo 2003 para tornar transparentes as discussões do PCCS e da aferição da GDI parece se transformar em mais uma "regulamentação" a ser jogada na lata de lixo.

Um dos principais pontos das negociações coletivas deste ano foi exatamente a reivindicação da categoria para que os trabalhadores tivessem representação paritária na comissão de estudos e de construção do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da empresa. As demandas de correções de erros originados na elaboração do PCCS sem a participação dos trabalhadores vêm sendo tratadas, segundo a própria Superintendente de Relações Humanas, Lúcia Maria Aguiar, com medidas "paliativas", emergenciais, tendo sido possível atender apenas 105 das 145 das demandas existentes. A forma paliativa de resolver estas questões, alegando que o atual plano não oferece as condições adequadas, seriam suficientes para um esforço emergencial para a elaboração de um PCCS sem os erros cometidos exatamente pela não participação de toda a Copasa. Não se pode admitir a utilização de um instrumento já sabendo de antemão que ele é inadequado e declarar os "casos sem solução" como condenados ao esquecimento. Se falta o instrumento qualificado para que o exercício gerencial seja eficiente, a administração deve exigir e viabilizar um Regulamento de PCCS moderno e adequado às necessidades da Copasa e dos trabalhadores. Deixar como está ou fazer apenas remendos "paliativos" só poderia ser entendido como vontade de não resolver os problemas crônicos hoje existentes. Um dos erros, por exemplo, é o entendimento de que gerente não pertence à carreira, caracterizando-o como cargo de confiança.

Em reunião realizada na última quarta-feira, dia 27, com a comissão de trabalhadores, a RH da Copasa não abriu nenhum documento para uma maior análise da Comissão de PCCS do Sindicato. Limitou-se a confirmar uma medida pouco explicada de condensação de 90 carreiras para apenas 5, atendendo solicitação da presidência da empresa. Manteve sua posição de informar que não serão mais realizados os "concursos internos" para recrutamento dentre os próprios trabalhadores da empresa para ocuparem cargos vagos, argumentando que todos eles seriam, a partir de agora, providos através de "concurso externo".

Estas informações já passadas para a categoria em boletim da própria Copasa, joga um balde de água fria nas perspectivas de ascensão dentro da empresa, tornando inutilizados todos os processos e investimentos em treinamento e qualificação profissional. As diretrizes agridem o plano de desenvolvimento da empresa, tratando os trabalhadores como peças descartáveis e supostamente de fácil reposição. É seguramente a pavimentação do caminho para a terceirização de mão de obra e uma dilapidação progressiva muito ao gosto de interesses privados de uma empresa lucrativa.

O Sindicato insiste para que a direção da empresa abra a discussão do PCCS de uma forma ampla, com a plena participação de todo o corpo gerencial de trabalhadores, escutando sugestões, aperfeiçoando o Regulamento, aprovando-o democraticamente em Assembléia da categoria e fazendo seu registro e homologação nos canais competentes. Somente um PCCS formulado paritariamente pode resguardar os interesses dos trabalhadores e da própria empresa em um Regulamento que não sirva para fraudes administrativas, para velhacarias e espertezas de apadrinhamentos e um mal que pensávamos ter extirpado da Copasa.